

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E HUMANO - IDTECH
Hospital Estadual Geral de Goiânia – Dr. Alberto Rassi (HGG)
Demonstrações Contábeis de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
CIRCULANTE		30.992.306	17.462.495	24.940.157
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.317.904	2.051.135	14.425.177
Contas a receber	8	23.201.452	12.609.688	8.266.798
Adiantamentos	9	111.028	102.427	280.265
Estoques	10	3.355.497	2.695.429	1.963.359
Despesas antecipadas		6.425	3.816	4.559
NÃO CIRCULANTE		505.647	622.789	463.607
Outros valores a receber	8	179.300	315.581	327.376
Adiantamentos	9	141.625	142.125	-
Investimentos		144.682	137.582	110.780
Imobilizado e Intangível	11	40.040	27.501	25.451
TOTAL DO ATIVO		31.497.953	18.085.284	25.403.765

PASSIVO	Nota Explicativa	2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
CIRCULANTE		32.106.523	28.322.421	27.345.822
Fornecedores	12	18.127.408	8.631.769	5.753.213
Obrigações trabalhistas	13	9.126.797	9.915.361	6.130.284
Obrigações tributárias	14	515.169	347.938	288.352
Projetos de terceiros	15	975.228	496.837	210.309
Suspensão de glosa a realizar	16	-	5.320.852	5.320.852
Subvenções a realizar	17	3.361.922	3.609.664	9.642.812
NÃO CIRCULANTE		1.693.488	83.000	5.000

Fundo rescisório	18	1.640.488	-	-
Provisões para riscos	19	53.000	83.000	5.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(2.302.059)	(10.320.138)	(1.947.057)
Patrimônio social		(10.320.138)	(1.947.057)	(7.871.232)
Superávit ou Déficit do exercício		8.018.079	(8.373.081)	5.924.175
TOTAL (PASSIVO + PL)		31.497.953	18.085.284	25.403.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2019	31/12/2018 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA		137.760.338	147.941.071
CUSTO DOS SERVIÇOS	21	(84.945.698)	(86.910.308)
Custo com recursos humanos	21.1	(57.137.049)	(57.705.637)
Custo com atividade hospitalar	21.2	(27.808.649)	(29.204.671)
SUPERÁVIT BRUTO		52.814.640	61.030.762
DESPESAS		(58.519.561)	(69.481.922)
Despesas administrativas	22	(58.519.561)	(69.481.922)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS	23	14.776.857	83.207
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		9.071.935	(8.367.953)
Resultado financeiro líquido	24	(1.053.856)	(5.128)
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO		8.018.079	(8.373.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Superávit do exercício	8.018.079	(8.373.081)

TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	8.018.079	(8.373.081)
--------------------------------------	------------------	--------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(7.871.232)	5.924.175	(1.947.057)
Incorporação do Superávit de 2017	5.924.175	(5.924.175)	-
Déficit do exercício de 2018	-	(8.373.081)	(8.373.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.947.057)	(8.373.081)	(10.320.138)
Incorporação do Déficit de 2018	(8.373.081)	8.373.081	-
Superávit do exercício de 2019	-	8.018.079	8.018.079
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.320.138)	8.018.079	(2.302.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS (MÉTODO INDIRETO)
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	8.018.079	(8.373.081)
<i>Ajustes:</i>		
(+/-) Depreciação	-	-
(+) Perdas no recebimento de créditos	-	-
(+/-) Baixa de imobilizado	-	-
(-) Suspensão de Glosas a Realizar	(5.320.852)	-
(+/-) Provisão (reversão) para riscos	(30.000)	78.000
(-) Doações de obras de arte	(7.100)	(26.802)
(-) Subvenção de ativos não monetários	1.640.488	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(10.454.983)	(4.473.220)

Estoques	(660.068)	(732.070)
Adiantamentos	(8.601)	177.838
Despesas antecipadas	(2.610)	743
Fornecedores	9.495.639	2.878.556
Obrigações trabalhistas	(788.565)	3.785.077
Obrigações tributárias	167.231	59.586
Subvenção a apropriar	(247.742)	(6.033.148)
Projetos de terceiros	478.391	286.528
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.279.308	(12.371.992)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(12.539)	(2.050)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(12.539)	(2.050)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.266.769	(12.374.042)
Caixa e equivalentes de caixa no início	2.051.135	14.425.177
Caixa e equivalentes de caixa no fim	4.317.904	2.051.135
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	2.266.769	(12.374.042)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ainda que não seja obrigada a apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto, a entidade decidiu por divulgá-la, para a melhor apresentação da geração e consumo de seu caixa:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS (MÉTODO DIRETO)

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

DESCRIÇÃO	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<u>Recursos recebidos</u>		
Recebimentos Contratuais	94.657.901	86.028.097
Outros Recebimentos	77.625	22.029
<u>Pagamentos Realizados</u>		
Pagamento Fornecedor	(37.646.267)	(52.299.333)
Salários e Encargos Sociais, Impostos e Taxas	(54.534.144)	(44.943.391)
Despesas Bancárias	(27.883)	(45.851)

Pagamento Concessionárias	(272.220)	(1.076.650)
Outros Credores Diversos	-	(134.152)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.255.013	(12.449.251)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Econômica Federal	11.755	75.210
Caixa líquido nas atividades de investimento	11.755	75.210
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.266.769	(12.374.042)
Caixa e equivalentes de caixa no início	2.051.135	14.425.177
Caixa e equivalentes de caixa no fim	4.317.904	2.051.135
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	2.266.769	(12.374.042)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E HUMANO – IDTECH é uma instituição brasileira, sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelos seguintes atos legais:

- Prefeitura Municipal de Goiânia - Decreto nº 1.288, de 07 de Julho de 2006;
- Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - Decreto nº 977, de 04 de Agosto de 2008;
- Governo do Estado de Goiás - Decreto nº 7.146, de 30 de Agosto de 2010;
 - Educação – Decreto nº 8.671 de 15 de Junho de 2016;
 - Integração Social do Menor Infrator e Garantia de Seus Direitos Individuais e Sociais – Decreto nº 8.623 de 06 de Abril de 2016;
 - Educação Profissional e Tecnológica – Decreto nº 8.594 de 09 de março de 2016;
 - Gestão de Serviços Sociais e Auxiliares em Unidades Prisionais – Decreto nº 8.595 de 09 de março de 2016.
- Prefeitura Municipal de Anápolis - Decreto nº 29.707, de 01 de Fevereiro de 2010;
- Prefeitura Municipal de Anicuns - Decreto nº 1.482, de 07 de Agosto de 2015.
- Prefeitura Municipal de Goianésia – Decreto nº 5.829, de 14 de Agosto de 2015;
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Decreto “E” nº 40, de 02 de Junho de 2016;

O Instituto foi declarado de utilidade pública estadual pela Lei nº 16.218, de 19/03/2008; e utilidade pública municipal (Goiânia) consoante Lei nº 9.005 de 27/12/2010.

O Instituto tem como objetivo promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social. Ressalta-se que não remunera nem concede vantagens,



benefícios, bonificações, participações em resultados ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, por qualquer título, a diretores, associados, conselheiros, benfeitores ou equivalentes.

2. CONTRATO DE GESTÃO HOSPITAL ALBERTO RASSI (HGG)

Em 13 de março de 2012 o IDTECH firmou, com o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, o contrato de gestão nº 024/2012, por um período de 1 (um) ano, competindo ao Instituto promover o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Alberto Rassi, no regime de 24 horas/dia, assegurando aos usuários do SUS assistência universal e equânime.

O contrato de gestão nº 024/2012 vem sendo renovado por meio de termos aditivos. Em 2019, por meio do termo aditivo n.º 10, houve a prorrogação do referido contrato com início em 13 de março de 2019 e término em 12 de março de 2020. De acordo com a cláusula quarta do termo ativo n.º 10, o valor estimado total para o período da prorrogação é de R\$ 122.114.113,69 (cento e vinte e dois milhões, cento e quatorze mil, cento e treze reais e sessenta e nove centavos).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do IDTECH / Contrato de Gestão n.º 024/2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. Esta interpretação técnica em seu item de número 4 prevê que todas as entidades sem finalidade de lucros devem obedecer a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas de contabilidade completas denominadas de *Full IFRS (International Financial Reporting Standards)*, em todos os aspectos não previstos na ITG 2002 (R1). Assim sendo, o Instituto seguiu os ditames previstos na ITG 2002 (R1) e na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

3.2 Moeda Funcional

As demonstrações contábeis do IDTECH / Hospital Alberto Rassi (HGG) estão apresentadas em reais (“R\$”), que é a moeda funcional do Instituto.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do superávit ou déficit

Na apuração do superávit ou déficit do exercício aplica-se o regime de competência para o reconhecimento das receitas e das despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado (realizáveis em até 90 dias), os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Instrumentos financeiros

O Instituto determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o instrumento é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais.

A NBC TG 1000 - Seção 11 - Instrumentos Financeiros Básicos, contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor justo dos outros resultados abrangentes e valor justo. O Instituto considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

d) Contas a receber

O saldo de contas a receber decorrente do Contrato de Gestão n.º 024/2012 está apresentado pelo valor líquido de realização, isto é, diminuído das perdas prováveis no recebimento dos créditos.

e) Estoques



Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores realizáveis líquidos. Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de itens e perdas de inventário físico.

f) Imobilizado

Bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão devem ser devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás - SES, ao final do tempo de vigência do contrato ou em caso de desuso, assim é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, lançados em contrapartida ao resultado do período e controlados em contas de compensação.

Os custos subsequentes quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam, por sua vez, ser mensurados com segurança, assim como reparos e manutenções, quando incorridos, são lançados em contrapartida ao resultado do período.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) líquidas na demonstração do resultado.

g) Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou implantação, os direitos de uso de software são demonstrados pelo custo de aquisição em conta de compensação e lançados em contrapartida ao resultado do período.

h) Ativos e passivos não circulantes

Estão demonstrados por valores de realização / obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do balanço.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a serem pagas por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas como passivo não circulante.

j) Julgamentos ou estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) a definição de vida útil e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis; (b) o teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*); (c) a estimativa de perdas provenientes de glosas nos repasses do contratante; e (d) estimativa para as despesas com prestação de serviços incorridas no exercício, mas que as notas fiscais são emitidas, somente, no exercício seguinte (fornecedores a faturar).

k) Isenção tributária

O IDTECH, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.

O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal.

Entretanto os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeitas à incidência.

l) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para o Instituto em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.



As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas como um passivo ou no ativo deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As subvenções governamentais estão, em grande parte, apresentadas reduzindo o valor contábil do ativo relacionado, de acordo com as disposições do item 24, na NBC TG 1000 – Seção 24 – Subvenção e Assistência Governamentais, que diz: “A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado”. Essa apresentação é adotada pelo Instituto, por acreditar que ela oferece informações mais relevantes sobre o evento, consoante letra b, do item 14, da NBC TG 1000 – Seção 10 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Ressalta-se que são registrados no passivo em rubrica de subvenção a apropriar os valores estimados de metas a realizar e também de eventos contingenciais para os quais não é possível constituir despesas segundo as diretrizes da NBC TG 1000 – Seção 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

5. NOVAS NORMAS

As alterações nas normas contábeis emitidas, exigidas para as demonstrações contábeis de 2019, são abaixo apresentadas.

CPC 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Esta norma, com vigência a partir do exercício de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço das arrendatárias. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de pagá-lo. O instituto em virtude de obedecer a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, não sofreu impactos em suas demonstrações.

6. GESTÃO DE RISCOS

As atividades do IDTECH o expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A coordenação executiva juntamente com a controladoria e a coordenação administrativo-financeira do Instituto examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da entidade.

6.1 Risco de Liquidez

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

6.2 Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras por não recebimento das parcelas dos contratos gestão pactuados junto ao Poder Público estadual. Para minimizar o impacto das perdas, o Instituto adota políticas de gestão com vista à adequada aplicação dos recursos subvencionados, mormente pelo acompanhamento sistemático das operações estruturadas para as atividades desenvolvidas em cada contrato de gestão.

6.3 Risco Legal

Associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO		2019	2018
Banco conta movimento			
Banco CEF – HGG	(a)	3.461.240	2.000.956
Banco CEF – Centro de Pesquisa e Ensino – HGG	(a)	2.533	29.789
Banco CEF – COREME – HGG	(a)	1	3.995
Banco CEF - Instrumentais – HGG	(a)	-	-
Aplicações financeiras			
Fundo p/ Férias - HGG	(b)	854.130	69
Instrumentais - HGG	(c)	-	16.325
TOTAL		4.317.904	2.051.135

- (a) As contas bancárias são utilizadas para movimentações/transações do Contrato de Gestão n° 024/2012, referente à gestão do Hospital Alberto Rassi – HGG, desempenhada pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH. Nessas contas bancárias ficam os recursos do projeto já alocados para pagamentos dos compromissos do Projeto em questão. A conta corrente do COREME recebe recursos relativos às inscrições do processo seletivo da residência médica e os gastos são referentes aos custos desse processo. Logo, todos os recursos serão reinvestidos para melhorias das questões do processo seletivo e das atividades de ensino no Hospital Alberto Rassi – HGG.
- (b) Refere-se ao Fundo para Férias do Instituto, onde os recursos necessários para arcar com as férias dos colaboradores lotados no projeto HGG, são aplicados em conta poupança. O cálculo das transferências mensais ao Fundo para Férias é realizado pela Gerência de Pessoal (GEP). O descompasso financeiro enfrentado no decorrer do ano de 2018, ocasionou a utilização do valor existente neste fundo para arcar com as despesas necessárias ao funcionamento do projeto HGG.
- (c) Refere-se ao Fundo para aquisição de Instrumentais Cirúrgicos e Investimentos em Ensino e Pesquisa, para atender as necessidades do HGG, relativamente a valores dos repasses ainda não utilizados até a data do balanço. Os valores correspondentes são aplicados em poupança, em 2018 o rendimento anual foi de 1,22%.

8. CONTAS A RECEBER E OUTROS VALORES A RECEBER

DESCRIÇÃO		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Circulante:		23.201.452	12.609.688
Serviços Faturados	(a)	22.816.785	12.558.543
Outros Valores a Receber		119.903	51.145
Ressarcimentos Contratuais	(b)	264.764	-

DESCRIÇÃO		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Não Circulante:		179.300	315.580
Depósitos Judiciais	(c)	179.300	289.782
Outros Valores a Receber		-	25.798
TOTAL		23.380.752	12.925.268

- (a) Refere-se aos valores a receber do contrato de gestão do HGG firmado entre o Instituto e o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde.
- (b) Refere-se aos valores de verbas rescisórias despendidas até o mês de março de 2019 e aos valores de transplantes a serem ressarcidas pelo Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, conforme prevê o contrato de gestão 024/2012.
- (c) Refere-se aos valores de depósitos judiciais de responsabilidade subsidiária pagos pelo Instituto.

9. ADIANTAMENTOS

DESCRIÇÃO		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Circulante:		111.028	102.427
Adiantamento a Fornecedor		103.704	22.305
Adiantamento de Férias		7.324	71.370
Adiantamento de Rescisão		-	8.752
Não Circulante:		141.625	142.125
Adiantamento a Fornecedor	(a)	141.625	142.125
TOTAL		252.653	244.552

- (a) Refere-se aos valores pagos aos fornecedores de forma adiantada, em que não houve a efetiva entrega dos produtos adquiridos, cujo reembolso está sendo requerido judicialmente.

10. ESTOQUES

DESCRIÇÃO	2019	2018
Medicamentos	669.533	916.230
Materiais médico hospitalares	712.556	678.452
Materiais especiais - OPME	135.747	124.884
Materiais de laboratório	40.587	42.059
Nutrição enteral	-	439
Nutrição parenteral	56.221	53.823
Gases medicinais	7.948	733
Gás GLP	-	-
Materiais de expediente / impressos / formulários	44.912	58.616

DESCRIÇÃO	2019	2018
Suprimentos de informática	10.745	12.837
Materiais de manutenção e conservação	233.732	240.850
Materiais de limpeza	14.487	21.342
Materiais de consumo	17.141	25.766
Rouparia	179.903	91.326
Materiais de segurança	10.304	9.964
Combustíveis e Lubrificantes	-	2.473
Adiantamento para aquisição de estoques	998.544	100.185
Demais estoques	223.137	315.450
TOTAL	3.355.497	2.695.429

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentação)	01/01/2018 (Reapresentação)
Equipamentos de informática e periféricos	-	-	-
Máquinas, equipamentos e aparelhos	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-
Instrumentos musicais	-	-	-
Benfeitoria em edificação de Terceiros	-	-	-
Instrumentais Cirúrgicos e equipamentos	-	-	-
Adiantamento para aquisição de Ativo Imobilizado	40.040	27.501	25.451
(-) Depreciação acumulada	-	-	-
TOTAL	40.040	27.501	25.451

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentação)	01/01/2018 (Reapresentação)
Licença de uso e software – HGG	-	-	-
TOTAL	-	-	-

Os valores referentes ao Ativo Imobilizado e Intangível estão com saldos zerados, em virtude da adoção da orientação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), onde os mesmos são reconhecidos em contas de compensação de acordo com os valores despendidos após o tombamento dos mesmos, atualmente o saldo controlado na conta de compensação 1.9.1.03.0001 – Bens Adquiridos Contrato de Gestão 024/2012 – R\$ 4.867.253.

12. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2019	2018
Fornecedores a pagar	13.886.332	5.969.821
Fornecedores a faturar (a)	3.086.304	2.549.505
Outras contas a pagar	1.090.637	108.361
Adiantamento judicial (Ressarcimento)	64.135	4.082
TOTAL	18.127.408	8.631.769

(a) Refere-se aos serviços que foram prestados no curso normal das atividades do IDTECH e que até 31 de dezembro de 2019 não houve a emissão de documento fiscal. O registro foi feito na melhor estimativa apurada pelo Instituto em cumprimento ao regime de competência.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Salários a pagar	2.278.872	2.274.727
Rescisões a pagar	2.702	-
IRRF de empregados	637.146	421.165
Contribuição assistencial/sindical	709,54	655
INSS sobre folha	982.350	1.963.597
FGTS a pagar	362.807	350.867
PIS a pagar	45.654	44.171
Depósitos Judiciais	-	2.417
Obrigações com RPA	810	23.207
Férias a pagar	4.815.746	4.834.557
TOTAL	9.126.797	9.915.361

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
INSS sobre NF a recolher	88.722	83.719
PIS, COFINS e CSLL sobre NF a recolher	199.557	126.229
ISS sobre NF a recolher	201.434	117.052
IRRF sobre NF	20.359	17.727

IRRF sobre aluguel	5096,34	3.211
TOTAL	515.169	347.938

15. PROJETOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO		2019	2018
Rateio de despesas compartilhadas - IDTECH	(a)	972.694	463.053
Centro de Estudos e Pesquisas do Hospital Alberto Rassi	(b)	2.533	29.789
Comissão de Residência Médica – COREME	(c)	1	3.995
TOTAL		975.228	496.837

(a) Rateio de despesas compartilhadas – Refere-se aos valores correspondentes aos custos e despesas administrativas comuns, calculados com base em critérios de rateios razoáveis e objetivos previamente ajustados e formalizados, de forma que correspondem ao efetivo gasto de cada projeto.

(b) O Centro de Estudos e Pesquisas do Hospital Alberto Rassi – HGG tem como finalidade estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão acadêmica e à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, colaborar com ações governamentais e privadas de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.

(c) A Comissão de Residência Médica – COREME é constituída por membros do corpo clínico, sendo um coordenador, um vice coordenador, secretário, preceptores e representantes dos médicos residentes. A Coordenação é renovada a cada dois anos. Os recursos financeiros da COREME são oriundos das taxas de inscrições dos processos seletivos que acontecem anualmente, e que serão investidos exclusivamente em melhorias para os programas de residência médica, conforme decisão do Conselho de Administração do IDTECH.

16. SUSPENSAÇÃO DE GLOSA A REALIZAR.

O saldo de R\$ 5.320.852 (cinco milhões, trezentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), refere-se às glosas de outubro/2014, novembro/2014, dezembro/2014 e fevereiro/2015, do contrato de gestão 024/2012 (HGG), as quais foram suspensas pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) para posterior compensação, conforme solicitação do IDTECH, em face do desequilíbrio financeiro existentes entre os valores repassados e as despesas realizadas naqueles períodos. A Comissão de Interlocução com as Organizações Sociais em Saúde – CINUS deliberou no memorando nº 001/2015 – CINUS, que não seria necessário proceder à devolução dos valores, visto que o saldo do contrato restou equilibrado, desta forma o Instituto procedeu a compensado dos valores em 2019.

17. SUBVENÇÃO A APROPRIAR

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Subvenções a Realizar	3.361.922	3.609.664	9.642.812
TOTAL	3.361.922	3.609.664	9.642.812

(a) Referem-se às subvenções governamentais a serem apropriadas no resultado mediante atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil aplicável (NBC TG 1000 (R1) Seção 24).

18. FUNDO RESCISÓRIO A APROPRIAR

DESCRIÇÃO	2019	2018
Fundo Rescisório a Apropriar	1.640.488	-
TOTAL	1.640.488	-

19. PROVISÃO PARA RISCOS

O IDTECH é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e a Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de sua Assessoria Jurídica (ASJUR), que as provisões para riscos trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Trabalhistas	53.000	83.000
TOTAL	53.000	83.000

20. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c”, da ITG 2002 (R1) – Entidade em finalidade de lucros, o Instituto apresenta, a seguir, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

21. RECEITA LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receitas Subvenções	137.022.516	146.903.660
Receitas Doações	737.823	1.037.410
TOTAL	137.760.338	147.941.071

22. CUSTO DOS SERVIÇOS

22.1. Custo com recursos humanos

DESCRIÇÃO	2019	2018
Custo com recursos humanos	(53.286.372)	(52.544.352)
Gastos com recursos humanos sem vínculo empregatício	(3.850.677)	(5.161.285)
TOTAL	(57.137.049)	(57.705.637)

22.2. Custo com atividade hospitalar

DESCRIÇÃO	2019	2018
Materiais/ medicamentos HGG	(12.519.284)	(13.964.478)

Exames e diagnósticos	(2.754.565)	(3.317.332)
Manutenção, ocupação e conservação	(2.276.179)	(2.940.311)
Materiais diversos	(2.678.686)	(3.369.015)
Alimentação/ Refeição	(6.408.986)	(5.613.536)
Despesa com Esterilização	(1.170.950)	-
TOTAL	(27.808.649)	(29.204.671)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

DESCRIÇÃO	2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Despesas contratuais, ocupação, utilidades e serviços de terceiros	(7.223.056)	(10.019.508)
Outras despesas administrativas	(181.347)	(252.616)
Manutenção, ocupação e conservação do patrimônio	(9.302.056)	(9.265.587)
Despesas com consumos diversos	(503.592)	(642.594)
Captação de recursos	(92.773)	(132.389)
Despesas com glosas SES - GO	(40.938.438)	(47.292.280)
Despesas com provisões	-	(78.000)
Bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão nº 024/2012	(278.300)	(1.798.949)
TOTAL	(58.519.561)	(69.481.922)

(a) Referem-se às glosas dos servidores efetivos do Estado de Goiás, uma vez que o Instituto mantém o registro das receitas de subvenção pelo valor bruto.

24. OUTRAS RECEITAS

Em virtude do Decreto Estadual nº. 9.392/2019, que trata da situação de calamidade financeira no Estado de Goiás, editado em 21 de janeiro de 2019, os repasses das subvenções governamentais dos valores em aberto referentes ao ano de 2018, não foram efetuados em sua totalidade. O Instituto se empenhou juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde, durante todo o ano de 2019, visando solucionar a questão que era fundamental para a manutenção das atividades inerentes ao Contrato de Gestão.

No fim do exercício de 2019, a Secretaria de Estado da Saúde – SES, reconheceu a dívida com o Instituto e se comprometeu a pagar o valor de R\$ 12.256.036,45 (Doze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos) de Restos a Pagar do ano de 2018, com base neste acordo, o Instituto realizou a reversão de perdas efetuadas em exercícios anteriores, ajustando assim o saldo dos valores a receber com os valores reconhecido pela SES, conforme Relatório de Execução do Contrato, disponível no Portal da Transparência do Estado de Goiás. O valor supracitado foi totalmente recebido em 05/02/2020.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Reversão de Perdas - Restos a Pagar 2018	14.775.727	-
Venda de Materiais Recicláveis	1.130	290

Receitas Não Operacional	-	82.917
TOTAL	14.776.857	83.207

Esta reversão de perdas, gerou o superávit do exercício de 2019, entretanto o resultado operacional de 2019, foi de déficit no valor de R\$ 6.757.647,38 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos).

DESCRIÇÃO	2019
RECEITA LÍQUIDA	137.760.338
CUSTO DOS SERVIÇOS	(84.945.698)
Custo com recursos humanos	(57.137.049)
Custo com atividade hospitalar	(27.808.649)
SUPERÁVIT BRUTO	52.814.640
DESPESAS	(58.519.561)
Despesas administrativas	(58.519.561)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS	1.130
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(5.703.791)
Resultado financeiro líquido	(1.053.856)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(6.757.647)

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas financeiras	35.261	99.345
Despesas financeiras	(1.089.117)	(104.473)
TOTAL	(1.053.856)	(5.128)

26. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2018

A Administração do Instituto, objetivando o aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisou algumas práticas contábeis utilizadas até 31 de dezembro de 2018 e concluiu pela necessidade de modificar as descritas abaixo, de forma retrospectiva, conforme prevê a NBC TG 1000 na Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes e reclassificações foram identificados e efetuados a partir de 1º de janeiro de 2019, gerando a necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao ano calendário de 2018 para fins de comparabilidade.

26.1 REAPRESENTAÇÃO ORIGINADA POR MEIO DE AJUSTES NUMÉRICOS

No que tange o ativo imobilizado e intangível, foram adotadas as orientações específicas para Contratos de Gestão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Os valores anteriormente apresentados no ativo, com os respectivos valores de receitas de subvenções a apropriar no passivo, em exercícios seguintes, a partir de 2019, estão sendo apresentados em contas de compensação, conforme nota explicativa nº 11, produzindo um efeito equivalente a zero nas Demonstrações Financeiras.

O quadro abaixo detalha os efeitos dessas alterações de práticas contábeis, nos balanços patrimoniais, no patrimônio e nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	01/01/2018	Ajustes	01/01/2018 (Reapresentado)
Imobilizado	5.907.344	(5.881.893)	25.541
Intangível	341.158	(341.158)	-
(-) Subvenção a Apropriar – Imobilizado e Intangível	(6.265.502)	6.240.051	(25.541)

Os ajustes não produziram efeitos no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

26.2 REAPRESENTAÇÃO ORIGINADA POR MEIO DE DIVULGAÇÃO ADEQUADA

Além dos valores supracitados, foram realizados ajustes de reclassificações, para a melhor apresentação das obrigações da entidade para com a Secretado do Estado de Goiás, e em atendimento as disposições de divulgação e apresentação referenciados na ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro. e na adoção de orientação estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

ATIVO	2018 (*)	Reclassificações	31/12/2018 Reapresentado	Ref.
CIRCULANTE	14.763.250	2.699.245	17.462.495	
Caixa e equivalentes de caixa	2.051.135	-	2.051.135	
Contas a receber	49.389.227	(36.779.539)	12.609.688	(a)
Adiantamentos	102.427	-	102.427	
Estoques	2.695.429	-	2.695.429	(a)
Despesas antecipadas	3.816	-	3.816	(a)
(-) Subvenção a apropriar	(39.478.784)	39.478.784	-	(a)
NÃO CIRCULANTE	578.288	44.501	622.789	
Outros valores a receber	457.706	(142.125)	315.581	(c)
Adiantamentos	-	142.125	142.125	(c)
Investimentos	137.582	-	137.582	
Imobilizado	5.721.155	(5.693.654)	27.501	(b)
Intangível	338.908	(338.908)	-	(b)
(-) Subvenção a apropriar	(6.077.063)	6.077.063	-	(b)
TOTAL DO ATIVO	15.341.537	2.743.746	18.085.284	

PASSIVO	2018 (*)	Reclassificações	31/12/2018 Reapresentado	Ref.
CIRCULANTE	25.578.675	2.743.746	28.322.421	
Fornecedores	8.631.769	-	8.631.769	
Obrigações trabalhistas	9.915.361	-	9.915.361	
Obrigações tributárias	347.938	-	347.938	
Projetos de terceiros	496.837	-	496.837	
Suspensão de glosa a realizar	5.320.852	-	5.320.852	
Subvenções a realizar	865.918	2.743.746	3.609.664	(a)
NÃO CIRCULANTE	83.000	-	83.000	
Subvenção a apropriar	-	-	-	
Provisões para riscos	83.000	-	83.000	
PATRIMÔNIO SOCIAL	(10.320.138)	-	(10.320.138)	
Patrimônio social	(1.947.057)	-	(1.947.057)	
Superávit (déficit) acumulado	(8.373.081)	-	(8.373.081)	
TOTAL (PASSIVO + PS)	15.341.537	2.743.746	18.085.284	

(a) Foram realizadas as transferências de subvenções a apropriar (reduzora do ativo) para os seguintes grupos contábeis:

Contas a receber: decorrente de serviços prestados ao SES, e não recebidos, em que a entidade entendia que na época era discutível a probabilidade de recebimento dos valores, no montante de R\$ 36,8 milhões.

Subvenções a realizar (passivo): em 31 de dezembro de 2018, a entidade realizou a compra de seus estoques e pagamentos de despesas antecipadas com os recursos recebidos do Contrato de Gestão. Tais valores devem ser reconhecidos como resultado apenas quando os itens adquiridos forem registrados como despesa. Até que essa situação ocorra, os valores devem ser demonstrados no passivo, como uma obrigação, conforme determinação da ITG 2002;

(b) Conforme mencionado no item 25.1, foram realizadas reapresentações referentes ao atendimento das orientações divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Dessa forma, os valores anteriormente apresentados como ativo imobilizado em ano anterior, estão sendo apresentados com saldo equivalente a zero;

(c) Na rubrica de outras contas a receber, anteriormente denominada de contas a receber, possuía um saldo de adiantamentos no valor de R\$ 142.125. Por ter uma natureza específica, inclusive uma conta segregada apenas para essa transação no ativo circulante, para fins de melhor apresentação, os valores foram segregados no ativo não circulante.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

27.1 Renovação do contrato 024/2012 – Hospital Alberto Rassi (HGG)



O contrato de gestão nº 024/2012 celebrado em 13 de março de 2012 entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, e o IDTECH, foi renovado, por meio do 11º termo aditivo, no montante de R\$ 122.114.113,69 (cento e vinte e dois milhões, cento e quatorze mil e cinquenta e treze reais e sessenta e nove centavos), para o período de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021.

27.2. CONTINUIDADE OPERACIONAL – EFEITOS CORONAVÍRUS

Nos últimos meses o surto de um novo vírus denominado Coronavírus (COVID-19), foi primeiramente detectado em Wuhan, na China, posteriormente, espalhando-se em escala global e sendo classificado como uma Pandemia pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 03 de Março de 2020, inclusive afetando a economia brasileira.

Neste momento, a administração destaca que não observou nenhum impacto em suas demonstrações financeiras, bem como não foi possível efetuar a mensuração de eventuais riscos que possam vir a ocorrer, e que possam afetar os trabalhos do instituto.

A Administração vem tomando as devidas medidas preventivas internas, com o intuito de preservar a saúde de seus colaboradores e parceiros, e vem monitorando o avanço da situação, de forma que seja possível mensurar eventuais impactos futuros que necessitem serem refletidos posteriormente na sua posição patrimonial.

Ademais a administração do Instituto tem tomado às ações necessárias junto à Secretaria de Estado da Saúde, visando a continuidade da prestação de serviços no HGG, bem como promovendo a gestão dos recursos para melhor eficiência, eficácia e economicidade de sua aplicação nas operações do hospital.

Face ao exposto e considerando a renovação do contrato 024/2012, não foi possível prever eventuais impactos financeiros que porventura venham afetar o contrato de gestão em tela, de modo que o Instituto apresenta e divulga suas demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade operacional.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2019.

Lidiany de Jesus Oliveira

Contadora - CRC/GO nº 20789/O

Lúcio Dias Nascimento

Coordenador Administrativo-Financeiro

José Cláudio Romero

Coordenador Executivo

Aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada dia 09 de setembro de 2020.

Monique Galvão de França

Conselheira

Danilo da Silva Dias

Membro

Joab Silva Gorayeb

3º Suplente

Aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada dia 09 de setembro de 2020.

Valterli Leite Guedes

Presidente

Maria do Rosário Cassimiro

Vice - Presidente

Eunice Machado Nogueira

2º Conselheira

Maria Aparecida Batista da Costa Faria

3º Conselheira

Edna Maria Covem

4º Conselheira

Javier Miguel Magul

5º Conselheiro

Alair Domiciano

6º Conselheira

Wagner Nogueira da Silva
7º Conselheiro

Helena Maria Boaretto Paula Vasconcelos
8º Conselheira

Nilzio Antônio da Silva
9º Conselheiro

Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2019 acompanhadas de Relatórios dos Auditores Independentes, aprovado em **09 de setembro de 2020** pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **15 de setembro de 2020**, conforme normas legais e disposições estatutárias do IDTECH em vigência.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Conselheiros e Coordenadores do
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH ("Instituto"), relativas ao contrato de gestão nº. 024/2012 (Hospital Alberto Rassi - HGG) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis - 2018

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis que apresenta as justificativas sobre a reapresentação do Balanço Patrimonial do ano calendário 2018, para fins de comparabilidade com o ano calendário 2019. O Balanço Patrimonial foi reapresentado em virtude de reclassificações geradas para o atendimento da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, como também devido ao alinhamento da contabilização do Ativo Imobilizado e Intangível.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outro auditor independente sem ressalva e, com relatório datado em 11 de março de 2019 e, conseqüentemente, não emitimos uma opinião sobre elas.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos



controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 29 de Junho de 2020.

Atenciosamente,

MSc. Rodrigo Romanato Leite
Contador - CRC GO-230291/O-6T-GO
Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.
CRC 2SP010626/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH, instituição sem finalidade lucrativa, qualificada como organização social, cumprindo atribuições legais, estatutárias e regimentais, examinaram a Prestação de Contas, consubstanciadas nas **“Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019”** elaboradas de acordo com a legislação vigente, encerradas em 31 de Dezembro de 2019, e concluem que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição.

Goiânia-GO, 09 de setembro de 2020.

Monique Galvão de França
Conselheira

Danilo da Silva Dias
Membro

Joab Silva Gorayeb
3º Suplente

Protocolo 201097

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2019 - HOSPITAL ESTADUAL GERAL DE GOIÂNIA DR. ALBERTO RASSI
INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 15.503, de 28/12/2005 e suas modificações introduzidas pela Lei nº 17.858, de 10/12/2012; com a Lei nº 17.399 de 19/08/2011; com a Lei nº 18.331, de 30/12/2013 e por força do Contrato de Gestão 024/2012 celebrado entre o Estado de Goiás por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH, para o gerenciamento do Hospital Estadual Geral Dr. Alberto Rassi - HGG, o presente relatório apresenta um resumo dos resultados obtidos no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2019.

PRODUÇÃO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE QUALIDADE

Quadro 01 - Demonstrativos de Saídas Hospitalares, SADT Externo, consultas ambulatoriais e cirurgias eletivas realizados no período de Janeiro a Dezembro/2019.

Serviço Mês/2019	Saídas Hospitalares		SADT Externo		Consultas Ambulatoriais		Cirurgias Eletivas	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Janeiro	800	819	-	459	10570	11536	-	459
Fevereiro	800	689	-	301	10570	13627	-	301
Março	498	572	980	657	8513	9227	350	440
Abril	747	863	980	766	12770	19004	525	707
Mai	996	867	980	905	17028	19472	700	718
Junho	996	782	980	700	17028	15565	700	582
Julho	996	892	980	766	17028	18568	700	736
Agosto	996	981	980	1511	17028	18410	700	811
Setembro	996	836	980	827	17028	20067	700	700
Outubro	996	838	980	1304	17028	19805	700	705
Novembro	996	852	980	1182	17028	19982	700	653
Dezembro	996	732	980	1164	17028	16982	700	511
TOTAL	10813	9723	9800	10542	178647	202245	6475	7323

Dados extraídos do Relatório de Execução do Contrato de Gestão - SES/GO e Relatórios do Escritório da Qualidade / HGG

Quadro 02 - Demonstrativo das Saídas Hospitalares

Serviço Mês/2019	SAÍDAS HOSPITALARES POR UNIDADE DE INTERNAÇÃO					
	Clínica Médica		Clínica Cirúrgica		Cuidados Paliativos	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Janeiro	360	224	430	560	10*	35*
Fevereiro	360	142	430	511	10*	36*
Março	138	136	350	418	10	18
Abril	207	198	525	641	15	24
Mai	276	188	700	649	20	30

Junho	276	179	700	579	20	24
Julho	276	213	700	656	20	23
Agosto	276	246	700	722	20	13
Setembro	276	220	700	595	20	21
Outubro	276	170	700	641	20	27
Novembro	276	180	700	643	20	29
Dezembro	276	171	700	537	20	24
TOTAL GERAL	3273	2267	7335	7152	205	304
* Saídas de Transplantes						

Dados extraídos do Relatório de Execução do Contrato de Gestão - SES/GO e Relatórios do Escritório da Qualidade/HGG

Quadro 03 - Demonstrativo dos Atendimento Ambulatoriais

Serviço Mês/2019	ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS			
	Consultas Médicas		Consultas Não Médicas	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Janeiro	9196	9668	1374	1868
Fevereiro	9196	10476	1374	3151
Março	5874	7253	2639	1974
Abril	8811	12586	3959	6458
Mai	11749	12390	5279	7082
Junho	11749	10966	5279	4599
Julho	11749	11747	5279	6821
Agosto	11749	12834	5279	5576
Setembro	11749	12947	5279	7120
Outubro	11749	12711	5279	7094
Novembro	11749	13177	5279	6805
Dezembro	11749	10015	5279	6967
TOTAL GERAL	127069	136770	51578	65515

Dados extraídos do Relatório de Execução do Contrato de Gestão - SES/GO e Relatórios do Escritório da Qualidade/HGG

Quadro 04 - Demonstrativo dos Indicadores de Qualidade, obtidos no período de Janeiro e Fevereiro/2019.

Indicadores	Metas	Janeiro	Fevereiro
AIH - Autorização de Internação Hospitalar	Apresentação das AIH's (100%)	667	643
	Número de saídas	819	689
Atenção ao usuário	Resolução de 80% das queixas recebidas	87%	90%
	Envio de relatório consolidado da pesquisa de satisfação ao usuário	Sim	Sim
Controle de Infecção Hospitalar	Envio de relatório mensal, elaborado pela CCIH, com análise dos resultados apurados no período	Sim	Sim
Mortalidade Operatória	Envio de relatório mensal, elaborado pela Comissão de Óbitos e a Taxa de cirurgias de urgências, com análise dos resultados apurados no período	Sim	Sim

Dados extraídos do Relatório de Execução do Contrato de Gestão - SES/GO e Relatórios do Escritório da Qualidade/HGG

Quadro 05 - Demonstrativo dos Indicadores de Qualidade, obtidos no período de Março e Dezembro/2019.

Serviços	mar/19		abr/19		mai/19		jun/19		jul/19		ago/19	
	Contratado	Realizado										
Taxa de Ocupação Hospitalar	>= 85%	82,50%	>= 85%	83,70%	>= 85%	85,00%	>= 85%	85,30%	>= 85%	84,00%	>= 85%	86,40%
Média de Permanência Hospitalar	<=7 dias	5,1	<=7 dias	4,9	<=7 dias	4,9	<=7 dias	6	<=7 dias	4,9	<=7 dias	5
Índice de Intervalo de Substituição	<= 24 horas	26,1	<= 24 horas	23,2	<= 24 horas	20,9	<= 24 horas	24,8	<= 24 horas	22,3	<= 24 horas	19

Taxa de Readmissão em CTI (48 horas)	<= 5%	2,10%	<= 5%	0,00%	<= 5%	0,70%	<= 5%	0,00%	<= 5%	4,20%	<= 5%	2,10%
Taxa de Readmissão Hospitalar (29 dias)	<= 20%	5,50%	<= 20%	8,70%	<= 20%	10,20%	<= 20%	16,50%	<= 20%	8,20%	<= 20%	7,20%
Percentual de Suspensão de Cirurgias Programadas por condições operacionais	<= 5%	3,10%	<= 5%	2,40%	<= 5%	2,30%	<= 5%	4,00%	<= 5%	3,00%	<= 5%	3,00%
Percentual de Ocorrência de Glosas no SIH-DATASUS	<= 1%	1,00%	<= 1%	2,70%	<= 1%	9,70%	<= 1%	6,20%	<= 1%	3,10%	<= 1%	6,90%

Serviços	set/19		out/19		nov/19		dez/19	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Taxa de Ocupação Hospitalar	>= 85%	85,70%	>= 85%	86,40%	>= 85%	85,96%	>= 85%	75,20%
Média de Permanência Hospitalar	<=7 dias	4,83	<=7 dias	5,03	<=7 dias	4,9	<=7 dias	5,2
Índice de Intervalo de Substituição	<= 24 horas	19,29	<= 24 horas	19	<= 24 horas	19,4	<= 24 horas	40,9
Taxa de Readmissão em CTI (48 horas)	<= 5%	3,20%	<= 5%	2,10%	<= 5%	0,80%	<= 5%	1,60%
Taxa de Readmissão Hospitalar (29 dias)	<= 20%	12,30%	<= 20%	7,20%	<= 20%	19,40%	<= 20%	8,60%
Percentual de Suspensão de Cirurgias Programadas por condições operacionais	<= 5%	3,00%	<= 5%	3,00%	<= 5%	1,90%	<= 5%	0,20%
Percentual de Ocorrência de Glosas no SIH - DATASUS	<= 1%	3,90%	<= 1%	1,60%	<= 1%	1,20%	<= 1%	0,70%

CONCLUSÃO

No âmbito das competências de 2019, a Hospital Estadual Geral Dr. Alberto Rassi - HGG entregou todas as atividades dentro da margem variável que aponta a completa execução de cada linha contratada.

Protocolo 201098

AGIR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - AGIR, pessoa jurídica de direito privado, gestora do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo - CRER, Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta - HDS, do Hospital Estadual de Urgências da Região Noroeste de Goiânia Governador Otávio Lage Siqueira - HUGOL e Hospital de Campanha e Enfrentamento do Coronavírus - HCAMP, torna público que, a partir de hoje, receberá propostas para a seguinte Carta Cotação:

Carta Cotação nº	Descrição
20200001.04154 - CRER	Aquisição de Material de alto custo - OPME

Todas as informações referentes às Cartas Cotações acima encontram-se a disposição dos interessados no site <http://www.agirsaude.org.br/>, no link [compras](#) e no endereço: Avenida Olinda com a Avenida PL-3, QD. H-4, Lts 1, 2 e 3, Edifício Lozandes Corporate Design, Torre Business, Laje Corporativa, 20º andar, Parque Lozandes, Goiânia-GO, CEP: 74.884-120, telefone: (62) 3995-5479 / 5480.

Serviço de Compras

Protocolo 201208

A empresa **AMERICAN TOWER DO BRASIL - Cessão de Infraestrutura LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.052.108/0001-89 localizada na Rua Olimpíadas, nº 205 - Vila Olímpia, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, torna público que requereu à Secretária Municipal De Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH/LUZ a **Licença Prévia e Licença de Instalação**, para uma **Estação Rádio Base - ERB**, localizada na Rua José Franco Pimentel, nº 139 - Luziânia/GO. Foi determinado estudo de impacto ambiental. (ERB - LAN005TM).

Protocolo 200637

RENATO DAVID PRANTE
CPF: 378.402.310-04

Torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD GO, a Autorização para Monitoramento e Resgate de Fauna Terrestre e Aquática (incluindo captura, coleta e transporte de espécimes da fauna silvestre), válida até 31/12/2025, para a CGH Pindaíba I, na Zona rural de Rio Verde, ao norte da sede municipal, no município de Rio Verde - GO. Processo nº 202000017002931 (10845/2018).

Protocolo 200701

FLORA ENERGÉTICA LTDA
CNPJ:22.817.325/0001-02

Torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD GO, a Autorização para Manejo de Fauna Silvestre, etapa de Monitoramento e Resgate de